RESOLUÇÃO N° 01, de 02 fevereiro de 2024

Estabelece a reserva de vagas a pessoas negras, indígenas, com deficiência e/ou trans nos concursos públicos para o provimento de cargos de membros(as) da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 7º, I, da Lei Complementar n. 124, de 02 de julho de 2008;

e **CONSIDERANDO** que o art. 134 da Constituição Federal atribui à Defensoria Pública a missão de promover os direitos humanos, enquanto expressão de instrumento do regime democrático de direito;

CONSIDERANDO que é função institucional da Defensoria Pública a preservação dos direitos de pessoas e grupos vítimas de discriminação ou de qualquer forma de opressão ou violência, exercendo a defesa de interesses coletivos de grupos sociais vulneráveis que merecem especial proteção do Estado (art. 4º, inciso XI, da Lei Complementar n° 80 de 1994);

CONSIDERANDO que o art. 37, VIII, da Constituição Federal estabelece a necessidade de reserva de vagas para pessoas com deficiência em concursos públicos, de modo que o Decreto n° 9.508/2018 estipula que tal reserva deve ser de mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas;

CONSIDERANDO que a Lei Estadual n° 14.538 de 2011 prevê a reserva de vagas destinada às pessoas com deficiência nos concursos públicos no estado de Pernambuco;

CONSIDERANDO o reiterado entendimento do Supremo Tribunal Federal sobre o critério matemático da ordem de convocação, nomeação e posse para candidatos(as) que concorrem

às vagas reservadas para pessoas com deficiência nos MS 31715/DF, MS 30861/DF e MS 26310/DF;

CONSIDERANDO que o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010) proclama a participação da população negra, em condição de igualdade de oportunidade, na vida econômica, social, política e cultural do País, estabelecendo mecanismos por meio dos quais essa igualdade de oportunidades pode ser garantida, a exemplo da adoção de medidas, políticas e programas de ações afirmativas, além da modificação das estruturas institucionais do Estado para o adequado enfrentamento e a superação das desigualdades étnicas decorrentes do preconceito e da discriminação étnica;

CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, por meio do RE 1.126.247 RJ, baseado no julgamento da ADPF 186, firmou entendimento no sentido de que o sistema de cotas decorre diretamente da Constituição Federal, de modo que as ações afirmativas para pessoas negras não dependem de lei prévia para efetivo cumprimento;

CONSIDERANDO a Portaria DPGPE nº 383/2021, que trata do Plano de Promoção da Equidade Racial da Defensoria Pública (2021-2022) e prevê a elaboração de propostas que estabeleçam ações afirmativas no âmbito DPPE;

CONSIDERANDO que o censo étnico-racial da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, realizado no ano de 2021, apresentou resultados acerca da composição da carreira de defensoras e defensores, em termos de raça e cor, atingindo-se o percentual de 69% (sessenta e nove por cento) de pessoas brancas; 27,4% (vinte e sete vírgula quatro por cento) de pessoas pardas; 2,7% (dois vírgula sete por cento) de pessoas amarelas; 0,9% (zero vírgula nove por cento) de pessoas indígenas; 0% (zero por cento) de pessoas pretas;

CONSIDERANDO as normativas já existentes com previsão de reserva de vagas para pessoas trans nas seleções públicas, seja no sistema de justiça, seja na esfera educacional, incluindo os Programas de Pós Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, o Ministério Público do Trabalho, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo e a Defensoria Pública do Estado do Paraná;

CONSIDERANDO que o Tribunal Regional Federal da 4a Região já validou a existência de seleções públicas com reserva de vagas para pessoas trans no âmbito educacional (5006790-57.2023.4.04.0000/TRF);

I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 1º. Nos concursos públicos para o provimento de cargos de membras e membros da Defensoria Pública de Pernambuco, haverá reserva de vagas para pessoas negras ou indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans na forma estabelecida nesta Resolução.

Art. 2º. A concorrência às vagas reservadas para pessoas negras ou indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans é facultativa e, se for a opção do(a) candidato(a), deve ser declarada no momento da inscrição para o concurso público.

Parágrafo único. Caso o(a) candidato(a) negro(a), indígena, com deficiência ou trans não opte por concorrer às vagas reservadas mencionadas no art. 1º, ele(a) disputará as vagas gerais do certame.

Art. 3º. A relação provisória dos(as) candidatos(as) que se autodeclararam negros(as), indígenas, com deficiência ou trans será divulgada pela Banca Examinadora antes da aplicação das provas, podendo o(a) candidato(a) modificar a categoria inscrita, em prazo a ser definido no edital, de modo irrevogável, uma única vez.

Art. 4º. Se, na apuração do número de vagas reservadas, resultar número decimal igual ou maior do que 0,5, adotar-se-á o número inteiro imediatamente superior; se menor do que 0,5, adotar-se-á o número inteiro imediatamente inferior.

Art. 5º. Pessoas negras, indígenas e/ou trans com deficiência poderão concorrer, concomitantemente, às vagas reservadas das respectivas categorias.

Parágrafo único. Caso se enquadre na condição descrita no *caput*, o(a) candidato(a) figurará nas três listas específicas e será convocado(a) para ocupar a primeira vaga reservada a surgir, ocasião em que será automaticamente excluído(a) da lista remanescente.

Art. 6º. Para fins de cláusula de barreira entre as fases do concurso público, deverá ser habilitado para as fases seguintes um número de candidatos(as) negros(as), indígenas, com deficiência e trans superior aos percentuais estabelecidos para as reservas de vagas previstas nesta Resolução.

Parágrafo único. Em nenhuma hipótese, a reserva de vagas beneficiará o(a) candidato(a) que não obteve o desempenho individual mínimo exigido em qualquer etapa do certame.

II- DAS VAGAS RESERVADAS A PESSOAS NEGRAS OU INDÍGENAS:

Art. 7º. A reserva de vagas de que trata o art. 1º destinada a pessoas negras e indígenas corresponderá a 20% do total daquelas previstas no certame.

Art. 8º. Considera-se indígena a pessoa que assim se declare na inscrição para o concurso público e tenha a sua autodeclaração ratificada pelo Presidente da Banca Examinadora mediante a apresentação, na forma do edital, de dois documentos comprobatórios de pertencimento a povo indígena, quais sejam:

I - documento ou declaração emitida por autoridade indígena reconhecida;

II - cumulativamente, documento que ateste o pertencimento ao povo indígena, dentre os quais o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), ou documento emitido pela Fundação Nacional do Índio ou cartão de vacinação ou documento expedido pelos órgãos de saúde indígena.

§ 1º. Caso o Presidente da Banca Examinadora não reconheça o(a) candidato(a) como indígena, será aberto, por uma única vez, prazo para recurso, período no qual o(a) candidato(a) poderá complementar a documentação anteriormente apresentada;

§2º Caso o(a) candidato(a) deixe de apresentar os documentos comprobatórios indicados no *caput* ou não complemente a documentação no prazo do recurso, será excluído(a) da lista específica de vagas reservadas, permanecendo na lista geral.

Art. 9º. Considera-se negra a pessoa preta ou parda que assim se declare na inscrição para o concurso público e tenha a sua autodeclaração ratificada pela Comissão Especial instituída para este fim.

§1º A Comissão Especial será constituída por um(a) Defensor(a) Público(a) indicado(a) pela Coordenação do Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos ou do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, que a presidirá, e por, ao menos, três outros

membros com engajamento prático ou acadêmico no combate à discriminação, ao racismo e ao preconceito, todos indicados pelo Defensor Público Geral.

§ 2º Compete à Comissão Especial:

I - realizar, conforme cronograma estabelecido no edital, entrevistas presenciais com as pessoas autodeclaradas negras no ato da inscrição;

II- avaliar, em decisão irrecurável, se a autodeclaração de cada candidato(a) corresponde a seu fenótipo.

§ 3º Caso, por ao menos 3 (três) votos, a Comissão Especial não reconheça a pessoa como negra, ela será excluída da lista específica de vagas reservadas e, se obtiver a pontuação ou a classificação necessária para tanto, permanecerá na lista geral.

§ 4º A exclusão da lista específica também se aplica ao(à) candidato(a) que não comparecer à convocação para a entrevista com a Comissão Especial.

III - DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:

Art. 10º. A reserva de vagas de que trata o art. 1º destinada a pessoas com deficiência corresponderá a, no mínimo, 5% do total daquelas previstas no certame.

Art. 11.º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com uma ou mais barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Parágrafo único. O edital especificará os procedimentos a serem observados para a apuração e a avaliação da deficiência da pessoa que assim se declarar no ato de inscrição.

IV - DAS VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS TRANS:

Art. 12º. A reserva de vagas de que trata o art. 1º destinada a pessoas trans corresponderá a 2% do total daquelas previstas no certame.

Art. 13°. Para acesso às reservas de vagas prevista no concurso público, as pessoas trans prestarão autodeclaração no momento da inscrição, devendo ser esta ratificada pela Comissão Especial instituída para este fim, que considerará os seguintes elementos:

I - o reconhecimento social, transição corporal e/ou social de identidade de gênero, assim entendidas como o conjunto de características que compõem a transexualidade e/ou travestilidade vivenciada;

II - a apresentação da certidão de nascimento de inteiro teor (ou número de protocolo do processo administrativo para retificação) e/ou apresentação de documentos com nome social (carteira de nome social, carteira de identidade profissional, crachás, carteira de estudante, cartão do vale transporte, CNH, Cartão Nacional de Saúde, entre outros), ou outros meios de prova, vedados aqueles que impliquem patologização da identidade trans; e

III - entrevista para escuta de relato da transição do(a) candidato(a) nos casos em que a comissão avaliar necessário.

Art. 14. Nos concursos para cargos de Defensores(as) Públicos(as), será instituída Comissão Especial para heteroidentificação das pessoas inscritas às vagas reservadas para candidatos(as) trans, composta por um(a) Defensor(a) Público(a) do Núcleo de Defesa e Promoção de Direitos Humanos ou do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial, que a presidirá, e por, ao menos, três outros membros de notório saber na área, todos indicados pelo Defensor Público Geral.

V - DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 15. Ao final do certame serão divulgadas as listas dos(as) candidatos(as) de ampla concorrência e das vagas reservadas cuja alternância será observada para fins de convocação, nomeação e posse.

§ 1º As pessoas negras e indígenas aprovadas serão convocadas a ocupar a 3ª, a 8ª, a 13ª, a 18ª vagas do concurso público, e assim sucessivamente, a cada intervalo de 5 cargos providos.

§ 2º As pessoas com deficiência aprovadas serão convocadas a ocupar a 5ª, 21ª, 41ª, 61ª vagas do concurso público, e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 cargos providos.

§ 3º As pessoas trans aprovadas serão convocadas para ocupar a 11ª, 75ª, 125ª, 175ª vagas do concurso público, e assim sucessivamente, a cada intervalo de 50 cargos providos.

§ 4º Fica dispensada a observância da regra de convocação disposta nos parágrafos anteriores às pessoas cuja classificação na lista geral for mais benéfica para seu ingresso na carreira.

§ 5º O preenchimento das vagas reservadas dar-se-á de acordo com a ordem de classificação na lista específica das pessoas negras ou indígenas, pessoas com deficiência e pessoas trans.

§ 6º Em caso de desistência de candidato(a) aprovado(a) pelo sistema de cotas, a vaga será preenchida pelo(a) candidato(a) imediatamente seguinte na ordem de classificação da lista específica.

§ 7º Não havendo candidatos(as) inscritos(as) ou classificados(as) nas listas específicas, as vagas reservadas integrarão o cômputo geral das vagas do concurso público.

Art. 16. Ao final de cada concurso público para membros e membras da Defensoria Pública, a eficácia da presente política afirmativa deverá ser reavaliada pelo Conselho Superior.

Art. 17. Aplica-se o teor desta resolução, no que for cabível, a todas as seleções públicas promovidas pela Defensoria Pública, incluindo para o quadro de estagiários(as), observadas as normas previstas no respectivo edital.

Art. 18. Ficam revogadas as disposições da Resolução nº 10, aprovada pelo Conselho Superior da Defensoria Pública de Pernambuco, em 03 de Dezembro de 2021.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Henrique Costa da Veiga Seixas

Conselheiro Nato

Clodoaldo Battista

Conselheiro Nato

Manoel Jerônimo de Melo Neto

Conselheiro Nato

Dandy de Carvalho Soares

Conselheira Eleita

Eduardo José Tassara Tavares

Conselheiro Eleito

Maria Salete Gomes do Nascimento Menezes

Conselheira Eleita

Wilton José de Carvalho

Conselheiro Eleito